



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Departamento de Planejamento e Regulação
SAUS Quadra 01 Bloco H Edifício Telemundi II, Ministério das Cidades, Brasília/DF,
CEP 70070-010, Telefone: (61) 2108-1708, - <http://www.cidades.gov.br>

Ofício nº 420/2018/SNSA-MCIDADES

Ao Senhor Ministro

Jair Vieira Tannús Junior

Secretário Executivo do CNRH

SEPN 505, Lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar CEP: 70.730-540
Brasília/DF

Assunto: Justificativa do Ministério das Cidades ao pedido de vistas relativo ao Item 5.2 de pauta da 41ª Reunião Extraordinária do CNRH.

Prezado Senhor,

Nos dias 16 e 17 de outubro de 2018 foi realizada, na sede do Ministério do Meio Ambiente, a 41ª Reunião Extraordinária do CNRH. Entre diversos pontos incluídos na pauta da referida reunião, chamou a atenção dos representantes do Ministério das Cidades o item 5.2, que recomendava a não aprovação da Medida Provisória nº 844/2018, bem como que qualquer alteração nas legislações afetas ao marco legal de saneamento e de recursos hídricos, sugerindo que fosse realizada por Projeto de Lei.

A Medida Provisória nº 844, de 6 de julho de 2018, propunha atualizar o marco legal do saneamento básico e alterar a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País.

A minuta de moção apresentava seis justificativas para o pedido de moção em questão. Falava-se em desestruturação da política de saneamento básico, utilização de instrumento da Medida Provisória, interferência na titularidade municipal, falta de expertise da Agência Nacional de Águas e no papel do Estado como indutor da política de saneamento. Entendíamos, na ocasião, que as justificativas destacadas na minuta da proposta de moção estão colocadas de forma muito vagas e pouco objetivas, sendo facilmente contestáveis, já que demonstrava desconhecimento sobre o teor da proposta em foco.

A questão é que o Ministério das Cidades, órgão à frente da implementação da política federal de saneamento básico, em nenhum momento foi convidado pela Câmara Técnica de Assuntos

Legais e Institucionais (CTIL) para discutir a questão e apresentar seu posicionamento sobre a Medida Provisória nº 844/2018.

Destaca-se, no entanto, que a Sra. Adriana Lustosa da Costa, presidente da CTIL, argumentou que poderia haver uma ampliação do debate, com adiamento do tema para a próxima reunião e realização de discussões por e-mail, conforme pode ser observado no Parecer Técnico Conclusivo nº 04/2018/CTIL/CNRH/MMA. Essa teria sido a decisão mais acertada, pois a ampla discussão, com direito ao contraditório, é imprescindível para o encaminhamento de proposições dessa natureza.

Ressalta-se, ainda, que o Parecer Técnico Conclusivo nº 04/2018/CTIL/CNRH/MMA destaca uma série de importantes questões levantadas na reunião da CTIL, como a competência do CNRH sobre o assunto, uma vez que a MP trata de alteração da Lei nº 9.984/2000 e teria somente um ponto afeto a recursos hídricos. Destacam-se também manifestações contrárias à Proposta de Moção, com a alegação de que a Medida Provisória trará um novo folego para o setor de saneamento e que a ANA não terá problemas para encarar esse importante desafio com a equipe de técnicos que possui atualmente.

O Ministério das Cidades considera que a aprovação da Medida Provisória nº 844/2018 seria benéfica ao saneamento, visto que estimularia a ampliação dos investimentos no setor, o que viria a contribuir para a ampliação da população atendida e reduziria o prazo necessário para a universalização dos serviços.

Assim, por todos esses motivos apresentados o Ministério das Cidades entendeu por bem pedir vistas ao Item 5.2 de pauta da 41ª Reunião Extraordinária do CNRH.

Não obstante os pontos elencados, que visam justificar o posicionamento do Ministério das Cidades registrado na 41ª Reunião Extraordinária do CNRH, cumpre lembrar que a tramitação da MP nº 844/2018 no Congresso Nacional, infelizmente, não prosperou. Portanto, respostas no momento a qualquer moção em sentido contrário à Medida, perde o sentido.

Agradecemos, de qualquer forma, a costumeira atenção dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

Adailton Ferreira Trindade
20/11/18 15:32
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

(assinado eletronicamente)

Adailton Ferreira Trindade

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Adailton Ferreira Trindade**, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, em 20/11/2018, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 60, da Portaria nº 102/2016 do Ministério das Cidades.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.cidades.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador



1532311 e o código CRC 72619991.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 80050.000325/2018-73

SEI nº 1532311